

DEZ/1989

AD INFORMA

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SEÇÃO JOÃO PESSOA - BOLETIM INFORMATIVO

A UFPb PAROU...

A Jornada de Luta pela Reposição Salarial e Contra a Demissão de Professores, empreendida pelos docentes da UFPb-campus João Pessoa, atingiu plenamente seus objetivos. Na prática, quase 100% das atividades oficiais do campus foram paralisadas nos dois dias, o que representa uma vitória incontestável do movimento grevista. Tal fato assume uma importância ainda maior quando analisado dentro do contexto nacional dos últimos 15 anos, pois evidencia a efetiva participação da comunidade universitária no combate que vem travando toda a sociedade contra a exploração e o arbítrio.

Durante a paralisação surgiram voluntariamente "grupos de mobilização" nos diversos Centros. Tais grupos percorriam todo o campus e a partir do diálogo conquistaram um grande número de adesões para o movimento, inclusive interrompendo e adiando provas escolares, que alguns professores menos esclarecidos tentaram realizar. Merece destaque o fato de que diversos docentes professores, após ouvirem os argumentos apresentados pelos grevistas, reconheceram a justiça da luta passando a integrar os próprios "grupos de mobilização".

Outro dado importante foi a realização de uma programação de assembleias e debates durante a paralisação. Embora grande número de professores e estudantes tenham se ausentado do Campus durante os dois dias, é significativo o fato de algumas assembleias contarem com aproximadamente 400 pessoas (entre docentes, alunos e funcionários) e de que a média de participantes em cada atividade tenha se mantido acima de 100. Isto ainda é mais importante, se pensarmos: na desmobilização constante da UFPb, no pouco tempo do movimento, no período do ano em que foi desencadeada a mobilização, etc.

No dia 11.12, pela manhã, depois de ampla atividade dos "grupos de mobilização", instalaram-se assembleias comunitárias no Centro de Tecnologia, no Centro de Ciências da Saúde, no Centro de Ciências Exatas e Naturais e uma no Centro de Educação, reunindo participantes vindos também do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, dada a proximidade destes Centros. Nestas Assembleias setoriais foram debatidas as condições de trabalho e condições de ensino, em nível geral da UFPb e levando em conta os problemas específicos de cada Centro e das diversas categorias da Comunidade Universitária. Destes encontros saíram relatórios que iniciaram e subsidiaram a Assembleia Geral Universitária.

Nesta Assembleia Geral discutiu-se, ponto por ponto, os relatórios trazidos e, dado a quantidade e qualidade das questões levantadas, decidiu-se modificar a programação do dia seguinte, declarando-se Assembleia Geral permanente para aprofundar estas questões. Além disso, refletiu-se sobre as atitudes a serem tomadas acerca de um Seminário sobre Universidade, promovido pela Pró-Reitoria de Planejamento, e programado para começar no dia 12. Às 17 horas, reuniu-se a Comissão de paralisação para uma primeira avaliação do movimento e definir alguns encaminhamentos.

A programação noturna, junto a atividade dos "grupos de mobilização", completou o quadro do dia 11. Assim, efetuou-se um debate sobre "Democracia e Universidade", com os professores José Arthur Giannotti, Ruth Cardoso e Eunice Durhan. Ainda à noite, professores da Comissão de imprensa buscaram contatos com a imprensa para acompanhar a cobertura jornalística da greve.

No segundo dia de para-

lisação, a Assembleia Geral permanente continuou o debate das questões trazidas dos Centros, aprofundando-as e passando depois à votação das resoluções (Ver documentos). Discutiu-se novamente a questão do Seminário, dado algumas gestões feitas pela sua direção, no sentido de se buscar uma negociação. Devido às posições corretas encaminhadas pela Assembleia, conseguiu-se a transferência do início do Seminário para o dia 13, pela tarde, quando a paralisação já deveria estar encerrada. Novamente, às 17 horas, a Comissão de paralisação voltou a se reunir e numa rápida avaliação, todos os presentes apontaram, a partir de análises muitas vezes diferenciadas, o caráter vitorioso do movimento. Pela noite, novo debate foi realizado. Seu tema: "Lutas específicas e gerais e o papel do II Encontro Nacional de Associações Docentes". Da reunião participaram Eunice Duhan (ADUSP) e José Manoel de Mello (ADUFRJ).

Terminada positivamente a paralisação, mais de 250 docentes reuniram-se em Assembleia para definir o encaminhamento da nossa luta, agora enriquecida pela experiência da greve e de um conhecimento mais profundo da UFPb. Daí nasceram as comissões (Ver adiante) encarregadas de manter a mobilização nas férias - sempre um momento de refluxo - e encaminhar numa dimensão nacional - portanto, passando pelo II ENAD - lutas como salários e problemas do colaborador, que desde o primeiro momento foram encaradas deste modo. Nas questões específicas da UFPb, buscou-se definir propostas concretas de discussão com nossos colegas da ADUFPb-CG, via encontro estadual, e, no final da Assembleia, em caminhada, os professores foram até a Reitoria e entregaram um documento reivindicatório (ver anexo).



E pensou em seus problemas

Na Assembleia Geral permanente instalada durante a Jornada de Luta foram formados: o grupo de trabalho sobre Condições de Ensino e a Comissão do Hospital Universitário, com atribuições definidas pela própria Assembleia, a partir das discussões e propostas das Reuniões dos Centros.

São as seguintes as suas atribuições:

- Elaborar estudos e promover discussões sobre: métodos de ensino e avaliação; reformulação de currículos; cursos de férias

- Formar comissões de professores e estudantes que trabalhem respectivamente sobre cada uma dessas questões, buscando tratá-las ao nível de cada curso.

2 - Comissão do Hospital Universitário

- Fazer um levantamento das reais condições de funcionamento do HU e das propostas para sua estruturação

- Divulgar informações e promover discussões junto à Comunidade Universitária

- Organizar seminário sobre o HU com a participação de representantes de instituições da área de saúde (INAMPS, MS, etc.).

Ainda num âmbito interno foram aprovadas outras resoluções, cujo encaminhamento, quando for o caso, devem ficar a cargo da diretoria da ADUFPb-JP e/ou de seus associados. Assim foi decidido: 1 - lutar pela garantia de reposição de todas as provas suspensas durante os dias de paralisação; 2 - lutar para que os professores contratados por tempo determinado e que estão renovando ou já renovaram o contrato pela segunda vez tenham seus contratos transformados em por tempo indeterminado. Com relação a isto, a Diretoria já expediu correspondência ao Departamento Pessoal e a todos os

Departamentos e diretores de Centros da UFPb, solicitando o cumprimento da CLT. Diversos Departamentos - como, por exemplo, o DTQA, o DAC - já estão exigindo do DP a mudança nos contratos. No Departamento de Arquitetura, os pareceres dos relatores estão solicitando contrato por tempo indeterminado, desde o primeiro contrato; 3 - repudiar publicamente o corte de verbas para pós-graduação sofridos pelo Nordeste e pela UFPb, em particular; 4 - intensificar os contatos horizontais entre departamentos, objetivando lutas em comum, como, por exemplo, a via-luta pela contratação de novos professores (para o primeiro semestre de 1990); 5 - elaborar e divulgar documento sobre as condições de trabalho e condições de ensino na UFPb; 6 - lutar pela reformulação democrática dos estatutos e regimentos da UFPb; 7 - continuar e tornar constante a programação de Assembleias Universitárias (professores, estudantes e funcionários), com o objetivo de manter um debate ininterrupto sobre problemas que afetam toda a comunidade acadêmica.

Se, de um lado, a riqueza de todas estas reivindicações e resoluções demonstram a importância do nosso movimento (e do conseqüente maior conhecimento da realidade da UFPb), de outro lado, a mobilização serviu para que fosse aprofundado o debate do caráter nacional de nossas primeiras reivindicações - reajuste salarial e questão professor extra-quadro - e portanto a importância de dar encaminhamentos nacionais a estas lutas. Deste modo, definiu-se que seria proposta da ADUFPb-JP que o II Encontro Nacional de Associações Docentes, debatesse a questão de um prazo para a resolução/incorporação dos professores extra-quadro.

Neste sentido, a comissão salarial e da reestruturação da carreira do

magistério superior/incorporação dos docentes extra-quadro ganham um papel fundamental no encaminhamento de nossa luta, pois nossa intervenção fundamentada no II ENAD pode concretizar estas lutas como lutas nacionais dos docentes universitários e inclusive assegurar encaminhamentos fortes e coletivos.

São tarefas dessas comissões tiradas na Assembleia Geral do dia 13 de dezembro:

1. Comissão de Luta Salarial:
- divulgar o estudo justificativo do índice de 52,7% para reposição salarial;

- levantar os trabalhos já iniciados sobre salários na UFPb (comissões salariais de departamentos)

- reunir informações sobre a luta salarial encaminhada pelas diversas ADs e manter contato com a comissão responsável (ADUFUSC) pela elaboração de estudo sobre a situação salarial dos docentes obrigatórios a ser apresentado no II ENAD
- elaborar propostas para o II ENAD sobre índices de reposição salarial e formas de luta.

2. Comissão de Reestruturação da Carreira/Absorção dos Professores Extra-Quadro:

- promover estudos e discussões sobre a reestruturação da carreira do Magistério e a absorção dos professores Extra-Quadro;

- reunir as informações sobre os assuntos que saíram como resultados dos encontros regionais promovidos pelo MEC e de trabalhos realizados pelas ADs;

- elaborar princípios básicos para um projeto de Reestruturação da carreira a serem apresentados no II ENAD.

Os trabalhos de todas essas comissões se iniciam esta semana, sendo abertos à participação de todos os interessados, que podem se informar na sala da ADUFPb-JP ou com os representantes de Unidades sobre o horário e local das reuniões.

A Assembleia que decidiu pela paralisação



AD informa nº 17

Especial sobre as mobilizações de novembro/dezembro

| | |
|---|---|
| Editorial..... | 2 |
| Uma história do movimento..... | 2 |
| Nossos documentos..... | 3 |
| Noções aprovadas..... | 3 |
| Funcionários, luta salarial..... | 4 |
| Documento do II Encontro Regional das Associações Docentes do Nordeste..... | 4 |

Participe do II Encontro Nacional de Associações Docentes
João Pessoa - Paraíba
25 a 29 de fevereiro de 1990

Tiragem: 2.000 exemplares
Preço: cr\$ 3,00

O MOVIMENTO PASSO A PASSO

A luta que estamos desenvolvendo - e que teve seu marco mais importante na greve realizada nos dias 11 e 12 de dezembro - rigorosamente inicia-se de forma organizada com a construção de nossa entidade representativa e passa necessariamente pelo I Encontro Nacional de Associações Docentes (São Paulo - fevereiro), pelo Encontro das ADs em Fortaleza (julho), pela reunião Extraordinária de Salvador (setembro), pelos encontros regionais do Nordeste (Campina Grande julho e Recife/novembro), pelos debates do "pacote" ocorridos em João Pessoa e Natal e pelas discussões preparatórias do II ENAD, a ser realizado em João Pessoa (fevereiro de 1980). Lembrar desta longa e importante trajetória é fundamental para que não nos esqueçamos que as mobilizações de novembro e dezembro são passos na luta mais geral dos professores universitários e suas entidades representativas, as ADs.

Entretanto, a causa imediata da movimentação de novembro/dezembro foi sem dúvida, o decreto que revoga o decreto 75.841 do presidente Geisel e possibilita o crescimento de até 30% da lotação da UFPb, tomando como base o ano de 1975. Colocava-se a seguinte questão: o que aconteceria com os colaboradores e outros professores extra-quadro que não conseguissem entrar para o quadro, dado o seu crescimento

insuficiente? Seriam demitidos ou transformados em horistas, como prevê o "pacote da educação", atualmente proposto pelo MEC?

Diante destas questões que intranquilizavam os docentes, a Diretoria da ADUFPb-JP resolveu convocar uma Reunião do seu Conselho de Representantes Nesta altura a ADUFPb-CG já havia debatido o problema e empenhava-se em alguns encaminhamentos. A Reunião do Conselho - a primeira depois da eleição dos novos representantes - foi realizada no dia 13 de novembro, com a presença de mais de sessenta professores, o que era mostra da preocupação dos docentes com a questão. Decidiu-se ampliar o debate do problema junto aos professores, convocar uma Assembléia da ADUFPb-JP para o dia 27 de novembro, onde seria debatida a questão da lotação e dos colaboradores e, finalmente, formou-se uma comissão de 6 membros (um de cada Centro) para estudar mais profundamente a lotação da UFPb hoje e apresentar um relatório na Assembléia convocada.

No espaço entre a Reunião do Conselho e Assembléia tanto a Comissão encaminhou o seu trabalho, quanto em diversas unidades de base da ADUFPb-JP foram realizadas reuniões sobre o problema e em algumas destas reuniões começou a ser debatida a questão sala-

rial, particularmente em alguns departamentos que vinham se preocupando, de forma organizada (inclusive com comissão), com a deteriorização de nossos salários.

A Assembléia do dia 27 de novembro - 150 participantes - começou com a alteração da pauta, incluindo-se nela o debate a respeito dos salários, apesar de, devido ao tempo escasso, a questão não ter sido realmente discutida. Depois, a comissão fez rápida exposição sobre a lotação da UFPb e passou-se ao debate. Dele derivaram as seguintes resoluções:

1 - Lutar por garantias de que não haverá demissões nem perda de vantagens trabalhistas já conquistadas, se posicionando contra o projeto de lei do MEC que reestabelece o contingente de expansão com 30% da lotação definida em 1975;

2 - Que haja ampliação do debate sobre como incorporar o professor colaborador;

3 - Caso seja extinta a categoria de professores colaborador, com a situação trabalhista que possui na UFPb, que se exija o direito de todos os atuais professores colaboradores terem acesso ao quadro;

4 - Que se dê início imediatamente a um processo de elaboração de um projeto dos docentes para Reestruturação da Carreira do Magistério, a ser encaminhado como proposta da ADUFPb-JP ao IENAD.

Finalmente decidiu-se,



Assembléia Geral Permanente

além de enviar documentos ao MEC e a Reitoria (VER anexo), marcar duas Assembléias: uma sobre o problema salarial e outra de encaminhamento e formas de continuidade das lutas e criar uma comissão de mobilização.

A Reitoria da UFPb fez publicar, no dia 29 de novembro, pela imprensa local, nota oficial onde se comprometia; a não demitir nenhum professor extra-quadro neste ou no próximo ano, respeitar as decisões departamentais no sentido de propor contratações e demissões de professores.

No dia 3 de dezembro, foi realizada nova Assembléia, com a participação de mais de 100 docentes, para debater as reivindicações salariais, já que os encaminhamentos da luta seriam discutidos na Assembléia de quinta-feira à tarde. As reivindicações tiradas no dia 3 foram as seguintes:

1 - Que seja estendido aos professores universitários os direitos já obtidos por outras categorias profissionais, quanto aos prazos para os reajustes salariais;

2 - Lutar por uma reposição salarial de 52,7% a partir de agosto de 1979.

Ainda na Assembléia, foi constituída uma comissão salarial e, logo depois, as novas reivindicações foram encaminhadas às autoridades educacionais. Antes desta reunião, diversas Unidades, inclusive alguns Centros, haviam realizado reuniões e assembléias para tomar posições.

Novos encontros foram promovidos e intensificou-se a mobilização para a Assembléia da tarde do dia 6 de dezembro, onde se discutiram os encaminhamentos da luta. Nas reuniões das Unidades pensou-se em greve por tempo indeterminado, retenção de cadernetas, formação de comissões e greve por tempo limitado. Na véspera da Assembléia, a Comissão de mobilização esteve com o Reitor, que prometeu "encampar" as reivindicações do movimento e comprometeu-se a aceitar a participação da ADUFPb-JP na Comissão de estudos e elaboração do documento sobre a lotação a ser enviado ao MEC.

No dia da Assembléia, os professores saíram dos seus Departamentos e Centros em grandes grupos, convidando outros colegas, e a Assembléia realizou-se com o Auditório do Centro de Tecnologia completamente lotado por 350 professores. Antes do início da Assembléia, que contou com a presença de colegas da Diretoria da ADUFPb-CG, foram distribuídos 2 documentos: um intitulado "Por mais verbas do Estado para a Educação" e outro que discute comparativamente os diversos tipos de categorias/legislação trabalhista dos professores e a questão da incorporação dos docentes extra-quadro. A concorrida Assembléia deliberou: greve por tempo determinado nos dias 11 e 12 de dezembro; nova Assembléia no dia 13; mobilização com a participação de toda a comu-

nidade universitária (docentes, funcionários e alunos) nos dias de paralisação e a formação de uma Comissão que programaria e organizaria as atividades de paralisação, além de redigir carta à população, explicando os motivos da greve (Ver em anexo).

No dia seguinte, 50 professores participaram de um encontro com o representante do MEC especialmente enviado a João Pessoa. Diversos assuntos foram "debatidos" e tomamos conhecimento de um decreto que limita em 3% ao ano o uso do contingente de expansão das universidades e que essas instituições podem PEDIR a qualquer momento o aumento da lotação. Nesse mesmo dia, a Comissão de paralisação se reuniu e redigiu a carta à população, além de organizar preliminarmente as atividades da greve.

No sábado, a Comissão novamente encontrou-se e buscou um contato com as lideranças estudantis, objetivando a participação dos estudantes nas atividades programadas da Jornada. Com relação aos funcionários, não se procurou contatos com a ASUFEP, dado que esta entidade já havia sido convidada a participar da Assembléia de Luta Salarial e sequer respondeu, omitindo-se totalmente de representar o interesse dos funcionários. Nos dias que antecederam a Jornada de Luta Pela Reposição Salarial e Contra as Demissões de Professores, a Universidade viveu um intenso debate entre os vários setores da Comunidade Acadêmica.



Assembléia geral do dia 13

EDITORIAL

A dimensão do movimento nacional das ADs, em João Pessoa, mudou em sua qualidade. A decretação da greve, senão de mais de 300 colegas, com a a participação coletiva. A jornada de luta que a UFPb viveu nos dias 11 e 12 de dezembro foi fruto de um trabalho árduo e coletivo, envolvendo a comunidade universitária, particularmente seu corpo docente.

Foi graças ao intenso envolvimento de todos, nas atividades previstas para os dias de paralisação, que pudemos crescer às reivindicações iniciais de salários e contra demissões, um conjunto de reivindicações sobre questões relativas a um ensino arcaico agravado por medidas arbitrárias e incorporadas na nossa estrutura universitária, consequência de 15 anos de regime discriminatório, arbitrário e ditado pelo imposto à nação brasileira. As atividades de docência, nos três turnos e em todos os 6 Centros, estiveram paralisadas em cerca de 95% durante os dias de greve. Os piquetes tiveram um trabalho somente suplementar, de convenci-

Por outro lado, estudantes e funcionários não tiveram a participação esperada, não preenchendo o espaço aberto para pensar - levantar os defeitos da estrutura de ensino e da estrutura empregatícia da Universidade. Não pretendendo esgotar as razões, reconhecemos o momento de divisão entre as lideranças estudantis, reconhecemos o acúmulo de provas e trabalhos escolares para a grande maioria dos estudantes e a completa inexistência de organização entre o corpo de funcionários que os levasse a lutar por seus interesses.

Porém acreditamos que a direção está proposta, qual seja, a direção da Assembléia Geral Universitária (professores, estudantes e funcionários) que nos levará a repensar concreta e praticamente, de maneira efetivamente democrática, o papel da Universidade na sociedade.

Das duas reivindicações básicas que nos levaram a união de forças, sentimos já alguns resultados. Através dos jornais, estamos recebendo alguns boatos a respeito de diferentes índices de reajuste salarial do funcionalismo público. É um primeiro momento de resposta às pressões e de tenta-

tiva de cooptação, em razão dos vários movimentos reivindicatórios de funcionários públicos em todo o Brasil. Entretanto, nossa reivindicação de reposição das perdas salariais movimento e ainda não ser atendida. Nosso movimento é ainda suficiente incipiente e localizado para somente através de um amplo movimento nacional é que a luta pela reposição salarial poderá ser vitoriosa.

Também não sabemos qual será a resposta do MEC em relação a situação do professor colaborador na UFPb. A mobilização contra atitudes arbitrárias deverá ser mantida e o nosso empenho coletivo irá pesar nas decisões dos responsáveis pela elaboração das alterações da legislação do ensino superior, que ora estão sendo preparadas pelo MEC.

A Associação Docente foi fortalecida pela comunidade universitária, neste momento de intensa mobilização e participação. Entramos no ano de 1980 com uma forte unidade para não permitir que medidas arbitrárias venham a ser aplicadas contra os professores da UFPb.

NOSSOS DOCUMENTOS



Assembléa geral do dia 13

João Pessoa, 14 de dezembro de 1979

Ofício nº 102/79
Da: Diretoria Executiva
Para: Magnífico Reitor da UFPb
Professor Lynaldo de Albuquerque

Magnífico Reitor:

A Assembléa Geral da ADUFPb-JP, realizada no dia 13 de dezembro p.p., decidiu encaminhar a V. Magnificência o conjunto de reivindicações abaixo, resultado das reuniões e Assembléas ocorridas durante a Jornada de Luta Pela Reposição Salarial e Contra Demissões de Professores, nos dias 11 e 12 de dezembro.

O texto aprovado é o seguinte:

Nós professores da UFPb do Campus de João Pessoa, reunidos em Assembléa Geral no dia 12/12/79, decidimos encaminhar junto à Reitoria as seguintes reivindicações surgidas no interior do movimento de paralisação:

1 - Que a Reitoria cumpra a legislação trabalhista

fazendo constar nos contratos de trabalho, a partir da 2ª renovação, o seu prazo indeterminado.

2 - Que os critérios utilizados para a contratação, 1ª renovação de contratos e prazos de duração dos mesmos sejam estabelecidos por instâncias decisórias ao nível dos Departamentos.

3 - Que a mudança de nível seja automaticamente concedida assim que o professor obtiver a qualificação necessária e que a remuneração salarial tenha efeito retroativo a partir da data da qualificação.

4 - Que a Reitoria atenda as exigências dos Departamentos quanto às necessidades de contratação de pessoal docente e quanto ao limite máximo de alunos por disciplinas, determinado pelo Departamento conforme suas especificidades.

5 - Que seja adiado o início das atividades do Hospital Universitário até que haja condições efetivas para o seu funcionamento, definidas por uma Comissão de Docentes da área, constituída nesta Assembléa.

6 - Que o Estatuto e Regimento da UFPb sejam

modificados no sentido de garantir:

6.1 Que as Chefias de Departamentos, Coordenações de Curso e Direção de Centro sejam escolhidos através de eleições diretas.

6.2 Que seja excluída dos Estatutos e Regimento da UFPb a Câmara Departamental.

6.3 Que os Órgãos Colegiados da Universidade sejam compostos paritariamente de professores e estudantes.

7 - Que a Reitoria se pronuncie a respeito da desativação solicitada pela ADUFPb-JP da Assessoria de Segurança da UFPb.

A Assembléa decidiu também, como forma de encaminhamento que as respostas às reivindicações acima listadas deverão ser enviadas à ADUFPb até 20 de fevereiro de 1980, no sentido de servir de subsídio ao II Encontro Nacional de Associações Docentes que será realizado em João Pessoa de 25 a 29 de fevereiro de 1980.

João Pessoa, 13 de dezembro de 1979

Plenário da Assembléa Geral da ADUFPb-JP

Carta aberta à população

Nos professores da Universidade Federal da Paraíba, do campus de João Pessoa, no momento que decidimos paralisar nossas atividades nos dias 11 e 12 de dezembro, vimos a público prestar esclarecimento dos motivos que nos levaram a esta atitude.

Nos últimos anos a concentração da riqueza e de poder nas mãos de minorias cada vez mais reduzidas, tem provocado consequências danosas nas condições de vida de toda população brasileira.

Este estado de coisas tem-se refletido de maneira particularmente grave em todos os níveis da estrutura de ensino em nosso país.

Os percentuais orçamentários destinados ao Ministério da Educação e Cultura vêm sendo reduzidos substancialmente nos últimos anos. O percentual, que em 1965 foi de 9% será de apenas 4% em 1980.

Tais dados nos permitem constatar o desprezo crescente com que os governantes vêm tratando o ensino público.

Uma das consequências disso é o aumento acelerado do número de escolas particulares, pagas, reduzindo a oportunidade de acesso ao ensino para as camadas mais pobres da sociedade.

A implantação do ensino pago pelo governo brasileiro, expressa uma política que busca satisfazer interesses de grandes grupos econômicos. Assim o governo procura impor à Universidade uma situação na qual ela se afaste, cada vez mais, do atendimento aos interesses da maioria da nossa população.

Através da atual tentativa de imposição do chamado "Pacote do Ensino Superior" fica manifesta esta intenção.

Nossa luta por melhores condições de trabalho é parte de luta geral por melhores condições de ensino. É parte da luta maior por melhores condições de vida, na qual se empenha hoje toda a sociedade brasileira.

Nas universidades a deterioração do nível de ensino e pesquisa e a inadequação destes aos reais problemas da população é um fato inquestionável, sentido claramente por professores e estudantes. Sentimo-nos cada vez mais marginalizados, seja em nossa condição profissional, seja na retribuição salarial, que vêm se desvalorizando ano a ano.

Por essas razões é que hoje, em todas as Universidades brasileiras, há um descontentamento geral manifestado através das lutas encaminhadas por suas Associações Docentes.

No caso específico da UFPb, nossas reivindicações são as seguintes:

1 - reposição salarial com índice de 52,7% com efeito retroativo a partir de agosto de 1979;

2 - que sejam garantidos aos professores universitários os direitos já obtidos por outras categorias assalariadas de reajustes semestrais;

3 - garantias de que não haverá demissões decorrentes de alterações arbitrárias da legislação do Ensino Superior, nem perda de direitos trabalhistas já conquistados;

4 - que seja ampliada a lotação da UFPb, de forma a assegurar o direito de todos os atuais professores "extra-quadro" terem acesso ao quadro permanente.

O índice de reajuste de 52,7% resulta de estudos elaborados por algumas Associações Docentes, que visa repor as perdas do poder aquisitivo de nossos salários acumulados durante os últimos anos, em razão dos reajustes ocorridos no período terem sido sempre inferiores às taxas oficiais de inflação.

Saltamos ainda que, de todos os assalariados brasileiros regidos pela CLT, os únicos excluídos do sistema de reajustes semestrais foram os servidores públicos. Protestamos contra essa discriminação.

Finalmente, caso implantado o "Pacote do Ensino Superior", nos termos que está sendo proposto pelo Ministério da Educação e Cultura, teremos uma ameaça real de demissões e perdas de direitos trabalhistas para cerca de mil professores da UFPb.

Nossa paralisação significa a continuidade da luta pelo atendimento às nossas reivindicações, que implique em melhores condições de trabalho para nós professores, com a consequente melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, vindo ao encontro das legítimas aspirações estudantis e da população em geral.

Comissão de Professores ADUFPb-JP

Moções

Também durante o nosso movimento foram tiradas nas plenárias quatro moções: uma de apoio ao movimento pela criação da ADUP (Associação dos Professores Universitários de Patos) e contra as pressões que aqueles docentes vêm sofrendo; uma de solidariedade aos colegas da UFMG (as duas votadas na Assembléa do dia 3 de dezembro). As outras moções - aprovadas na plenária do dia 13 de dezembro - são: uma de repúdio a manutenção da Assessoria de Segurança por parte da Reitoria da UFPb e outra sobre o ocorrido em Florianópolis. As moções estão transcritas a seguir:

Os professores da Universidade Federal da Paraíba, reunidos na Assembléa Geral da ADUFPb-JP, de 03 de dezembro de 1979, vêm a público manifestar seu apoio ao movimento pela criação da APUP (Associação de Professores Universitários de Patos), e repúdio às pressões veladas ou explícitas da Fundação Francisco Mascarenhas, entidade mantenedora, cerceando aos professores o legítimo direito de livre associação, garantido pela Constituição Brasileira.

Nós, docentes da Universidade Federal da Paraíba, reunidos em Assembléa Geral de 03 de dezembro de 1979, convocada pela Associação Docente - ADUFPb-JP - vimos a público manifestar nossa solidariedade e apoio aos colegas da Universidade Federal de Minas Gerais, atualmente em luta por uma reposição salarial que restabeleça o poder aquisitivo de seus salários. Manifestamos também nosso simpatia em participar desta luta, reivindicando uma reposição salarial, nos mesmos termos propostos pela Associação de Professores Universitários de Belo Horizonte.

João Pessoa, 14 de dezembro de 1979

Ofício nº 102/79
Do: Plenário da Assembléa Geral
Para: Magnífico Reitor da UFPb
Professor Lynaldo Cavalcante de Albuquerque
Magnífico Reitor

A Assembléa Geral dos Docentes da UFPb, realizada em dia 13 de dezembro, de 1979, decidiu transmitir a V. Magnificência a seguinte moção aprovada em plenário:

"A ADUFPb-JP se pronuncia em firme oposição a qualquer tentativa de extinção da Assessoria de Segurança e Informação junto à Administração Central da UFPb, sabendo que a extinção desta por qualquer instância constitui uma afronta às condições acadêmicas desta Universidade. Através do Ofício nº 00/79, de 25 de junho

p.p., a ADUFPb-JP solicita inclusive uma resposta clara e incisiva a esta reivindicação, até o dia 27 de junho do corrente. A Assembléa Geral, constatando que até o presente momento não ocorreu nenhuma manifestação por parte da Reitoria sobre a questão, repudia unanimemente a manutenção daquela Assessoria de Segurança e expressa sua estranheza quanto ao silêncio desta Reitoria que consente assim, o funcionamento de um órgão remanescente de um quadro ditatorial que parece perpetuar-se.

Plenário da Assembléa Geral

Os professores da Universidade Federal da Paraíba do Campus de João Pessoa, em Assembléa Geral realizada no dia 13/12/79, resolvem apoiar incondicionalmente os companheiros de Sta. Catarina diante dos fatos ocorridos durante a visita da Comissão Presidencial à Florianópolis e, ao mesmo tempo, repudiar as atitudes repressoras dos órgãos de segurança.

Por outro lado, se incorporamos a reivindicação nacional no sentido de imediata libertação e não empobrecimento dos estudantes presos na Lei de Segurança Nacional.

Plenário da Assembléa Geral ADUFPb-JP

Durante a paralisação, recebemos o apoio e solidariedade de inúmeras entidades, através de moções. Foram recebidas moções do Pastoral Operário e da Pastoral da Juventude, da Associação de Magistrados Públicos do Estado da Paraíba, dos Funcionários de Escritório Técnico e Administrativo e da Prefeitura do Campus, do Conselho de União do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, do Centro Acadêmico de Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto Acadêmico de União de Ciências Sociais Aplicadas, da ADUFPb-CX, da ADUFPb e da ADUFPSCAR.

CARTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

João Pessoa, 28 de novembro de 1979

A ADUFPb-JP, na defesa dos direitos de seus associados, professores da UFPb do campus de João Pessoa, reunida em Assembléa Geral, realizada no dia 27 de novembro de 1979, decidiu colocar-se contra o projeto de decreto lei proposto por V. Excia. ao Presidente da República que revoga o decreto nº 79.795 de 8 de junho de 1977, sobre a suspensão da previsão do contingente de expansão.

A proposta do decreto não soluciona a situação insatisfatória dos professores da UFPb, que exercem efetiva função de docentes, contratados sob regime de professor colaborador, em grande

número inclusive em dedicação exclusiva. Conforme dados da reitoria, a UFPb possui atualmente aproximadamente 2.600 professores, dos quais cerca de 1.600 contratados como professores colaboradores. Segundo o Art. 3º do decreto nº 75.841 de 10 de junho de 1976, que passaria a vigorar, mesmo com a liberação total e imediata da lotação prevista para a UFPb (1.500 professores), cerca de 1.000 professores colaboradores estarão impedidos de acesso ao quadro da carreira do magistério.

Sobre a questão, a ADUFPb-JP exige solução por parte do MEC e da Reitoria da UFPb que:

a) Garantia que não haja demissões de professores, nem que haja perda de

direitos trabalhistas que já possuem os atuais professores colaboradores em razão de modificações da legislação vigente.

b) No caso de extinção da categoria de professor colaborador na forma como hoje é efetivada pela UFPb, exige-se que todos os atuais professores colaboradores tenham direito de acesso ao quadro da carreira do magistério.

A ADUFPb espera resposta do MEC através da Reitoria da UFPb até o dia 06 de dezembro de 1979, quando se reúne em Assembléa Geral para deliberar sobre formas de ação na defesa dos direitos dos professores da UFPb.

Atenciosamente,
Paulo Ignácio Fonseca de Almeida

